

As concepções de língua e dialeto e o preconceito sociolinguístico

Concepts of language and dialect and sociolinguistic prejudice

Djiby Mané

Universidade Estadual de Goiás (UEG – Formosa)

Resumo: Este artigo consiste em conceituar e distinguir os termos língua e dialeto no intuito de trazer soluções sobre a confusão que se faz a respeito de se uma determinada variedade linguística é língua ou dialeto. Essa confusão parece ocorrer quer por falta de conhecimentos linguísticos, quer por puro preconceito. Conceituar língua e dialeto não é uma tarefa fácil. Acredita-se que variedades de línguas são muitas vezes chamadas de dialetos por várias razões: elas não são conhecidas como línguas literárias, os falantes de uma determinada língua não têm seu próprio Estado, sua língua não tem prestígio ou porque são socioeconomicamente desfavorecidos. Assim, para esta distinção, tomaremos em consideração, além de fatores linguísticos, fatores históricos, geográficos e sociopolíticos. A metodologia de pesquisa é de cunho bibliográfico baseada em teóricos tais como HAUGEN (1966), TRUDGILL (1980) e WEINREICH (1974). Além disso, foram colhidas ocorrências linguísticas mais frequentes no dia a dia dos falantes.

Palavras-chave: Língua. Dialeto. Variedade. Preconceito.

Abstract: This article aims at conceptualizing and distinguishing between the terms language and dialect in order to provide solution to the confusion about whether a given linguistic variety is a language or a dialect. This confusion seems to be due to either lack of knowledge on linguistics or just prejudice. Conceptualize language and dialect is not an easy task. It is believed that language varieties are often called dialects for various reasons: they are not known as literary languages; their speakers do not have their own state; their language does not have prestige; or they are socioeconomically disadvantaged. In order to make this distinction, besides linguistic aspects, we will take into account historical, geographic, and sociopolitical factors. According to its methodology this was a bibliographic research based on theorists such as HAUGEN (1966), TRUDGILL (1980) and WEINREICH (1974). However, the most frequent linguistic occurrences in daily activities of the speakers were also registered.

Keywords: Language. Dialect. Variety. Prejudice.

Introdução

“Você fala que dialeto?” para um angolano e “você fala que língua?” para um europeu, são perguntas muito frequentes no dia a dia das pessoas. Mas, afinal, somente os europeus têm língua? Língua é apenas uma questão de prestígio? O objetivo deste artigo é conceituar os termos língua e dialeto na tentativa de não somente melhor compreender a diferença entre essa dicotomia, mas também tirar a dúvida de muitas pessoas quanto a posicionar-se se determinada variedade linguística é língua ou dialeto. Acreditamos que este estudo será importante não somente numa perspectiva conceitual, mas também por mostrar que o termo “língua” é muitas vezes associado ao prestígio social, econômico, geográfico e histórico, gerando assim um preconceito linguístico. Assim, para esta distinção, tomaremos em consideração, além de fatores linguísticos, fatores históricos, geográficos e sociopolíticos. Para a realização deste trabalho, foi feita uma pesquisa bibliográfica que consiste em fazer uma leitura de teóricos que já tratam do assunto entre eles HAUGEN (1966), TRUDGILL (1980) e WEINREICH (1974). Além disso, foram colhidas algumas ocorrências linguísticas mais frequentes no dia a dia dos falantes.

Conceito de língua e dialeto

Não há sociedade sem linguagem. Esta, por sua vez, manifesta-se sob a forma de inúmeras línguas, que variam no tempo e no espaço. A maioria das sociedades é plurilíngue, mas os diversos idiomas que coexistem raramente têm a mesma função.

Afirmar com exatidão o número de línguas faladas no mundo é uma tarefa muito complexa devido à ambiguidade dos termos “língua” e “dialeto”. A dicotomia “língua” e “dialeto” é melhor compreendida dentro da linguística que, por definição, é a ciência da linguagem. A língua, um dos componentes dessa dicotomia, é o elemento fundamental no estudo dessa ciência. A diversidade de conceituação do termo “língua” nos leva a tentar fazer distinções entre as línguas específicas como o francês, o português e mandarim, da língua em geral. Para as línguas específicas, muitos linguistas acreditam que todas elas tenham importantes propriedades comuns, e para a língua em geral, cada língua particular é uma combinação dessas propriedades universais com um certo número de características, muitas vezes idiossincráticas.

Língua e dialeto são termos que apresentam certa ambiguidade de sentido, o que torna difícil seu entendimento. Não há consenso universal sobre os critérios usados para distingui-los, embora exista um número de paradigmas que se torna, às vezes, resultados contraditórios. Língua e dialeto são duas denominações que se aplicam a aspectos diferentes, mas não opostos, do fenômeno extremamente complexo que é a comunicação humana.

Para os gerativistas, não há relevância na distinção entre língua e dialeto. Eles baseiam seus argumentos na distinção entre língua interna (Língua-I) e língua externa (Língua-E). A Língua-I é basicamente um idioleto, isto é, um sistema individual de uma língua. A Língua-E, por outro lado, tem sido definida como uma série de sentenças produzidas por uma população falando uma língua particular. Idioletos e línguas comuns representam diferentes níveis de abstração. Os primeiros são níveis de abstrações da fala, os últimos são extrapolações que podem ser caracterizadas como conjuntos de Línguas-I. Não se pode falar em mudança, que é identificada em nível da população, sem aceitar a existência de um conjunto de língua-I (MUFWENE, 2001, p. 2).

A linguística moderna reconhece que o *status* de língua e dialeto não é somente determinado por critérios linguísticos, mas é também o resultado de um desenvolvimento histórico, geográfico e sócio-político, fatores levados em consideração para distinguirmos língua e dialeto.

Língua e dialeto são compreendidos numa perspectiva histórica. Diacronicamente, os termos língua e dialeto são resgatados por Haugen (1966, p. 96-97) para quem esses termos representam uma complexa dicotomia. Em um estudo realizado sobre o assunto, o termo dialeto, afirma ele, era usado na Grécia antiga para se referir aos dialetos literários. Já o termo língua era concebido em uma posição de prevalência, ou seja, num grau superordenado ao dialeto, que é subordinado. Essa categorização envolve um sentido muito mais ligado às questões sociais e nacionalistas do que propriamente linguísticas. Ele acrescenta que o termo linguagem apareceu primeiro no francês, tendo como origem a palavra latina *linguaticum*, cujo primeiro registro é encontrado no século XII. O termo *Language* também se encontra documentado, desde 1290, no *Oxford English Dictionary* (OED). O termo dialeto surgiu como empréstimo do grego erudito. A primeira referência a seu respeito deu-se na época do Renascimento (em certos dialetos hebreus, 1579), e também está registrado no OED.

A Grécia sempre foi muito rica em dialetos que, ao contrário de hoje, não eram apenas variedades faladas, e sim variedades literárias que cumpriam funções específicas na língua. O jônico, por exemplo, era usado para descrever os eventos históricos, o dórico para o coro lírico, e o ático para a tragédia. Essas variedades literárias, pelos seus diversos usos, transformaram-se em variedades dialetais funcionais. A divergência linguística existente então na língua grega antiga refletia a existência dos dialetos orais que deram origem aos dialetos escritos. Haugen conta que, no período pós-clássico, entretanto, os dialetos desapareceram na Grécia dando origem a uma forma unificada, a *Koiné*, que se solidificou, principalmente em Atenas. As diferenças dialetais sucumbiram em favor de uma variedade que predominava no centro político e cultural dos gregos. Esse quadro grego constituiu o modelo para dimensionar os usos que se faz hoje dos termos “língua” e “dialeto”. O mesmo autor considera que, sincronicamente, “língua” pode referir-se tanto às normas linguísticas, como a um grupo de normas relacionadas; diacronicamente, pode ser “uma língua comum no caminho da dissolução ou uma língua comum no processo de unificação”. O termo língua é uma designação sempre superordenada ao dialeto. Esses processos de unificação/dissolução repetem-se ciclicamente. O fato de

um dialeto estar sempre relacionado a uma língua em um status subordinado evidencia as estruturas sociais dentro das quais os termos estão alocados. Isso concede um *status* de menor importância ao termo dialeto.

Como a Grécia, a França apresentava um número de dialetos regionais e literários. Entretanto, eles não eram funcionalmente distintos como os dialetos gregos. Na França, surgiu um terceiro termo, o “*patois*”, que era aplicado primeiramente à língua falada. O *patois* é uma forma de fala de crianças e também da área rural francesa. Esta forma diferente se reflete na fonologia, na morfossintaxe e no léxico. Conforme Martinet (1967, p. 154), o *patois* é uma forma linguística aprendida em primeiro lugar e é de uso em família. As pessoas começam a se familiarizar com a forma literária, como o parisiense, somente quando chegam à escola. O termo dialeto era definido no dicionário da Academia Francesa, e em outros dicionários, como a variedade regional de uma língua e seu sentido era impregnado de uma cultura literária. Como o termo “*patois*” não era carregado de uma cultura literária, foi tomado por vezes, em um sentido pejorativo (Haugen, 1972, p. 240). Explicitamente, o autor enfatiza que um dialeto deve incluir uma completa cultura literária. André Martinet (1964) aponta que esse uso reflete uma situação especial do francês, que tinha um número de padrões escritos regionais que eram, pois, suplantados pelo padrão escrito parisiense. Brum (1946) escreve sucintamente que “Um *patois* é um dialeto que se teria degradado”. Então, um *patois* é uma forma de língua não usada para finalidades literárias, mas, sobretudo limitado a situações informais e de cunho exclusivamente oral. Assim, para Hagen, o provençal pode ser considerado um dialeto do francês, mas suas variedades locais e faladas são todas *patois*. A distinção introduz uma nova dimensão nessa discussão: as funções sociais de uma língua. Em termos da distinção língua-dialeto, podemos dizer que um *patois* é uma variedade de dialeto que serve uma população em suas funções de menor prestígio. As concepções de *patois* acima salientadas mostram claramente uma atitude pejorativa que se tem em relação ao *patois* (Hagen 1966, p. 98).

Há um uso completamente diferente da palavra dialeto, feito nos Estados Unidos. Ali, o termo designa toda forma local do inglês, sem que haja objetivo de opor os dialetos a uma forma de língua de maior prestígio. Assim, há o dialeto de Boston, o de Chicago, etc. Esta situação lembra o que se passa em Paris e nos centros urbanos da França não meridional, onde existem múltiplas variedades de francês que, na boca das pessoas cultas, parecem ser aceitáveis, e o que as distingue passa, em geral, despercebido. De acordo com Martinet (1967, p. 158), os dialetos americanos quase correspondem aos franceses locais, e nunca aos *patois*; ou ainda aos dialetos alemães ou italianos, que são muito diferentes uns dos outros para permitir a intercompreensão de uma extremidade a outra do território nacional. Este uso da palavra corresponde ao que foi feito quando falamos dos dialetos gregos anteriores ao estabelecimento da *koiné*, isto é, de uma língua fundada sobre o falar de Atenas, que engoliu os outros falares gregos, antes do enfraquecimento. A única exceção é o laconiano, que sobrevive sob o nome de tsakoniano.

Existe ainda um terceiro termo: sotaque, do inglês “*accent*”. O sentido técnico de sotaque é a maneira de pronúncia. Nesse sentido, acredita-se que cada um fala com um sotaque, pois é impossível pronunciar as palavras da mesma maneira. A

noção de sotaque refere-se à maneira pela qual um falante pronuncia, e, portanto, refere-se a uma variedade que é foneticamente e/ou fonologicamente diferente das outras. Por outro lado, “dialeto” refere-se a variedades que são gramaticalmente (e talvez lexicalmente) assim como fonologicamente diferentes das outras (LAUER, 1994, p. 55).

Como uma norma social, dialeto é uma língua excluída das normas cultas. E, nas palavras de Auguste Brun (1946), dialeto é uma língua que não fez sucesso. Na Itália, por exemplo, o piemontês é uma língua diferente do italiano, por um lado, e do francês, por outro, com uma longa tradição de escrita e de estudo gramatical. Entretanto, como o toscano tornou-se a língua-padrão na Itália, o piemontês é só um “dialeto”, perdendo terreno para o italiano a cada geração, e mantido vivo somente pelo orgulho local e pela inércia linguística (HAUGEN 2001, p. 101).

O termo dialeto é usado para descrever uma variedade da língua, e possui uma grande carga de preconceito. Dialeto, muitas vezes, sugere a fala informal, a fala de grupos de classe baixa ou oriundos de área rural, como é o caso de dialeto rural do Brasil. Na América do Norte, por exemplo, o chamado “bad English” é considerado um dialeto da classe baixa. Automaticamente, a linguagem falada pelas classes mais altas é vista como a forma correta de expressão. Nesses termos, o dialeto passa a ser uma linguagem excluída de uma sociedade de hábitos linguísticos ditos “polidos”.

Do ponto de vista linguístico, a língua pode ser vista de uma perspectiva unitária, enquanto que os dialetos seriam estruturas parciais superpostas. Quanto ao uso da língua, Haugen (1972, p. 243) argumenta que ela possui duas dimensões claramente distintas: uma estrutural (formal), que se volta para a descrição da sua forma em si, e outra funcional, que descreve seus usos na comunicação. A dimensão formal vê a língua primeiramente como um fenômeno mental, enquanto a funcional vê a língua como um fenômeno social. É na segunda dimensão que os sociolinguistas estão especialmente interessados.

Para o conceito de língua e dialeto, em muitos casos, a sociolinguística recorre ao termo “variedade”, sem dar uma definição. O fato de que existe um termo objetivo, técnico, livre de toda emotividade, parece ser necessário para designar um “tipo de língua”. O termo “variedade” é o mais neutro que se refere a uma modalidade falada por uma comunidade constituída por pessoas que partilham um código linguístico comum e normas (regras) que regem as suas diversas variedades de fala. Assim, o termo “variedade”, contrariamente ao “dialeto”, não designa uma posição linguística específica, mas unicamente algumas diferenças em relação a outras variedades.

Diferenças no uso de língua e variação de língua são devidas a padrões complexos de fatores ligados principalmente à história, geografia, etnia, cultura e sociedade. Mas a variação geográfica é mais perceptível. De acordo com Fishman (1971), as variedades de origem geográfica são reconhecidas pelo nome de dialeto, e este termo é associado à área de estudo identificada como dialetologia ou geografia dialetal. Em contrapartida, outros autores consideram o termo dialeto como sinônimo de variedade que pode ser regional ou social. O termo “dialeto”, portanto, implica

variações de um código comum. Nesse caso, podemos falar, no Brasil, de dialeto carioca, sulista, mineiro, em relação ao português como idioma nacional. Eles são geograficamente separados e apresentam distinções entre si na pronúncia, entoação, no ritmo e até no léxico. Nos componentes morfológicos e sintáticos, as variações são menos salientes geograficamente em relação ao nível diafásico. Neste sentido, dialetos são abstrações de vários idioletos que refletem a mesma experiência regional. No entanto, a experiência regional não é a única fonte de diferenças na variação linguística. Sexo, idade, função ou qualquer outro fator social podem acarretar diferenças notáveis no comportamento linguístico. A isso os sociolinguistas têm chamado de socioletos.

Toda língua que se usa numa área relativamente extensa é falada de maneiras diferentes conforme os lugares: são seus dialetos regionais. Além disso, mesmo em uma única comunidade, a língua pode ser falada de maneiras distintas pelos membros dos diversos grupos sociais: essas formas diferentes são dialetos sociais ou socioletos. Por exemplo, há diferenças do português falado em Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais, para não falar do português de Lisboa ou de Maputo. Mesmo dentro de São Paulo, os economistas não falam, entre si, como os mecânicos de automóveis o fazem. É importante entender que cada pessoa fala um idioleto; não é possível falar uma língua sem usar algum dialeto.

Nem dois falantes da mesma língua falam do mesmo modo, nem um mesmo falante usa sua língua do mesmo modo todo o tempo. Isto implica que toda língua está exposta à variação. Considerando que dois falantes são diferentes em termos de suas variedades idioletais, o mesmo falante se expressa de forma diferente porque usa diferentes códigos ou registros em diferentes ocasiões e para diferentes finalidades comunicativas. Todavia, o modo mais comum de identificar linguisticamente um falante é por seu dialeto, visto que os falantes de uma língua estão cientes das variedades linguísticas regionais apresentadas dentro de um mesmo idioma.

O fato de sermos capazes de identificar pessoas conhecidas quando as ouvimos mostra que cada pessoa tem uma maneira característica de falar, diferente das outras. Como referido antes, os idioletos são as características únicas do modo de falar de cada indivíduo. Além destas diferenças individuais, a língua utilizada por diferentes grupos de pessoas pode apresentar variações regulares de grupo. Quando uma língua usada por falantes de regiões geográficas ou grupos sociais diferentes apresenta diferenças sistemáticas, diz-se que esses grupos falam diferentes dialetos da mesma língua. Os dialetos de uma língua podem ser definidos como formas mutuamente inteligíveis dessa língua, diferindo umas das outras de maneira sistemática.

Nem sempre é fácil decidir se as diferenças sistemáticas entre duas comunidades linguísticas representam dois dialetos ou duas línguas distintas. Podemos recorrer a uma definição simplista: quando dois dialetos se tornam mutuamente ininteligíveis, ou seja, quando os falantes de um já não conseguem compreender os falantes do outro, esses 'dialetos' tornam-se frequentemente línguas diferentes. Mas definir "inteligibilidade mútua" é em si uma tarefa difícil. Embora os

dinamarqueses falem dinamarquês, os noruegueses norueguês e os suecos sueco, estes povos se entendem nas diversas línguas. No entanto, essas três línguas são consideradas distintas, faladas em países distintos, pertencendo a nações politicamente distintas e apresentando diferenças nas suas gramáticas. O mesmo se passa com o hindí e o urdu que são "línguas" mutuamente inteligíveis, faladas no Paquistão e na Índia, e cujas diferenças entre si não são muito salientes do que, por exemplo, as do inglês falado nos Estados Unidos, na Inglaterra (ou em parte dos territórios ingleses) e na Austrália. Por outro lado, as diversas línguas faladas na China, como o mandarim ou o cantonês, são denominadas "dialetos" do chinês porque são faladas dentro de um único país e possuem um sistema de escrita comum, embora sejam mutuamente ininteligíveis na sua forma oral (CALVET, 1987, p. 161-173).

Dialeto é muitas vezes associado a uma forma rural de língua e, geralmente, à classe camponesa, trabalhadora ou a outros grupos sem prestígio. Dialeto é também um termo aplicado às formas de língua, particularmente faladas em partes isoladas do mundo, que não têm forma escrita. E dialetos são, muitas vezes, considerados como algo frequentemente errôneo, desvio da norma, aberrações de uma forma correta de língua padrão (Trudgill 1980, p.3). O mesmo autor acredita na complexidade de distinção dos termos língua e dialeto. Para ele, língua é uma coleção de dialetos mutuamente inteligíveis. Essa definição tem o benefício de caracterizar dialeto como subpartes de uma língua. Considerando as línguas escandinavas, por exemplo, observa-se que o norueguês, o sueco e o dinamarquês são considerados línguas diferentes, embora elas sejam mutuamente inteligíveis. Falantes dessas três línguas podem facilmente se compreender e se comunicar entre si. A questão da mútua inteligibilidade colocada por Trudgill leva, muitas vezes, em consideração uma área geográfica.

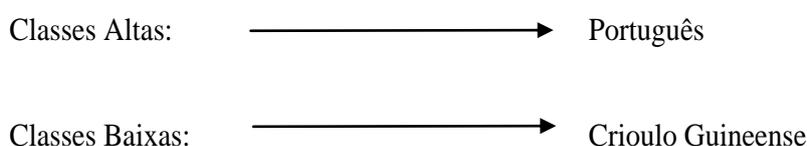
Em muitas partes do mundo, se considerarmos dialetos falados por pessoas em áreas rurais, observamos diferenças linguísticas que distinguem uma aldeia da outra. Essas diferenças variam conforme a distância que separa as duas aldeias, isto é, quanto maior a distância, maiores serão as diferenças linguísticas e maior a dificuldade de compreensão. Esse tipo de situação é conhecido como um "continuum de dialetos geográficos". Esses dialetos envolvem sempre fronteiras nacionais ou internacionais. Na Europa, por exemplo, as variedades padrão de Francês, Italiano, Catalão, Espanhol e Português realmente não são mutuamente inteligíveis. Além disso, os dialetos rurais dessas línguas que formam parte do continuum de dialeto românico ocidental (da costa de Portugal ao centro da Bélgica) não têm problema de compreensão (TRUDGILL, 1980, p. 6).

De acordo com o mesmo autor, nos casos em que as fronteiras nacionais não são bem estabelecidas, o "continuum de dialetos geográficos" pode causar dificuldades políticas. O *continuum* do dialeto do sul da Eslováquia, por exemplo, incorpora as línguas padrão Esloveno, Servo-Croata, Macedônio e Búlgaro. Essas variedades faladas na fronteira Iugoslavo-búlgara são reivindicadas pela Iugoslávia de ser macedônio e pela Bulgária, búlgaro.

Tem-se considerado, muitas vezes, cada variedade como um dialeto de um antigo meio de comunicação, do qual ele se desenvolve: "*continuum* de dialetos

sociais”. Esse ponto de vista considera, por exemplo, as línguas românicas modernas (espanhol, francês, italiano, português e romeno) como dialetos do latim; o grego moderno como um dialeto do antigo grego; o *Tok Pisin* como um dialeto do inglês, e o crioulo guineense como dialeto do português seiscentista.

Um bom exemplo para o “*continuum* de dialetos sociais” é o crioulo da Guiné Bissau. A história linguística guineense, assim como de muitos outros países, tais como São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Jamaica, Haiti, é muito complexa. A chegada dos europeus (portugueses) à Guiné Bissau provocou progressivamente uma modificação da composição étnica de algumas regiões. A Guiné-Bissau pré-colonial foi marcada pelas interpenetrações de grupos étnicos diferentes, em que as línguas mais representadas numericamente desempenhavam o papel de língua veicular para a comunicação interétnica. Essa interpenetração intensificou-se com a chegada dos europeus, que deixaram uma língua cujo vocabulário é todo ou em parte europeu, e a gramática e fonética são de base das línguas africanas locais: o crioulo. A situação naquela época era tal que aqueles no topo da escala social (a administração colonial), os portugueses no caso, falavam português, enquanto aqueles na parte baixa da escala social, os diferentes grupos étnicos africanos, falavam o crioulo guineense. Essa é uma língua (crioulo) historicamente relacionada ao português, mas muito diferente dele. A situação linguística inicial na Guiné Bissau colonial pode ser representada como no esquema abaixo:



No contexto da Guiné-Bissau, a relação entre o português e o crioulo guineense, aqui abordada, trata de uma variação intimamente ligada à estratificação social. Ela é conhecida como um continuum de dialetos sociais. As variantes diastráticas evidenciam a variedade de diferenças culturais dentro de uma comunidade, e podem subdividir-se em norma padrão (português como língua oficial da Guiné) e não padrão (crioulo guineense como língua veicular ou nacional da Guiné) (TRUDGILL, 1980, p. 8).

Essa estratificação linguística em Guiné Bissau é mais uma prova de preconceito linguístico e reforça a dicotomia de código restrito e código elaborado do sociólogo inglês Basil Bernstein (1958). Segundo o autor, o sucesso social de membros de uma sociedade e seu acesso a privilégios sociais dependem diretamente da formulação e organização de suas enunciações que podem se realizar através de um código restrito ou de um código elaborado. O código restrito corresponde à modalidade linguística falada pela classe baixa, classe trabalhadora e tem características da língua não padrão. Já o código elaborado corresponde à modalidade falada pela classe média e tem características da língua padrão.

Os dialetos de uma língua podem ou não ser mutuamente inteligíveis. Além disso, uma língua mãe pode gerar muitos dialetos que se subdividem, em algum lugar da história, em algumas ramificações da árvore, mudando mais rapidamente do que outras. Esse modelo está claramente presente entre as línguas românicas, como o português e o espanhol, que têm um alto grau de mútua inteligibilidade, e também entre as línguas de superstrato (o português) e as línguas crioulas (o são-tomense, o guineense e o caboverdiano).

A distinção entre língua e dialeto leva em consideração, ao mesmo tempo, seu *status* social e a extensão geográfica de sua utilização: enquanto uma língua tem, em muitos casos, *status* institucional correspondente à área de um país, e uma tradição de escrita e de literatura, um dialeto não tem o *status* cultural e social da língua, apesar de poder ser falado em uma área extensa. Ele não será, por exemplo, ensinado na escola, e muito poucas pessoas tentam escrevê-lo. Esta conceituação mostra que a língua é um dialeto que tem poder, enquanto o dialeto é uma língua que não tem poder. A afirmação de Max Weinreich ilustra muito bem isso ao afirmar que “a língua é um dialeto com um exército e uma marinha” (1945, p. 13), salientando o fato de que línguas são criadas por assimilação cultural. Mas, acredita-se que a primeira pessoa a proferir a expressão foi Hubert Lyautey ao afirmar que: “Une langue, c’est un dialecte qui possède une armée, une marine et une aviation” (Uma língua é um dialeto que possui um exército, uma marinha e uma aviação”).

Dependendo das realidades políticas e ideológicas, a classificação de variedades de fala como dialetos ou línguas, e sua relação com outras variedades de fala, pode ser controversa e os veredictos inconsistentes. Desenvolvido a partir do latim vulgar, por volta do século IX, o catalão, por exemplo, era considerado apenas um dialeto do occitano (ou do românico ocidental). Por razões políticas, ele foi ganhando *status* de língua padrão, sendo usado durante o século XVI pela elite de Valência e pela imprensa. Na primeira metade do século XIX, o catalão ganhou um importante renascimento entre as elites graças à “Renaixença”, um movimento cultural romântico. O catalão, assim como o basco e o galego (outras línguas regionais da Espanha), foi banido pelo regime de Franco (1939-1975), confinado essencialmente ao uso oral. Com a morte de Franco em 1975, o catalão voltou a adquirir seu status de língua e, até hoje, é usado na política, educação e na mídia, incluindo o jornal *Avui* (“Hoje”), e o canal de televisão *Televisión de Catalunya*. O catalão é hoje reconhecido pela União Europeia como língua oficial, tendo sido proposto que todos os textos da União deveriam ser também traduzidos em catalão. As razões políticas levaram o catalão a passar pelo ciclo de língua – dialeto – língua, ou seja, à língua de mais prestígio a menos prestígio e novamente a mais prestígio.

A distinção entre língua e dialeto pode constituir uma situação de diglossia que é uma situação estável de contato entre duas variedades de uma mesma língua, em que a variedade “alta” (A) predomina em todos os domínios públicos, e a variedade “baixa” (B) é não escrita, usada nos domínios informais de família e amigos. Assim, a variedade alta, mais estruturada (por ter uma escrita), corresponde à língua; a baixa, considerada variedade estigmatizada e rural, corresponde a dialeto (LYONS, 1987, p. 257).

Fishman (1971, p. 286) considera o conceito de diglossia adequado para a classificação de comunidades bilíngues. Para ele, porém, diglossia é aquela forma de coexistência de duas (ou mais) variedades ou línguas em que os valores de classe social e função social se complementam. Nota-se aqui que, para Fishman, o termo denota qualquer situação em que diferenças marcantes entre os sistemas linguísticos se correlacionam estritamente com a classe social ou com as funções sociais. A variedade “alta” normalmente não se adquire em casa como parte do processo primário da aquisição da linguagem e da socialização, mas como resultado da educação na escola. As diferenças entre as duas concepções não são tão poucas como pode parecer à primeira vista. Existem diferenças importantes entre as sociedades em que a variedade “A” da mesma língua é usada e ensinada, e aquelas em que o sistema “A” é uma língua inteiramente diferente, sem qualquer correspondência com a variante “B”. Fatores de ordem histórica e nacional têm papel importante em termos de atitudes mantidas nestas sociedades, em relação às variedades “A” e “B” de sua língua.

Para compararmos duas línguas (ou seja, se são línguas diferentes ou dialetos (variedades) de uma mesma língua), teremos de comparar um dialeto de cada uma das línguas. Para tanto, recorre-se geralmente à terminologia “dialeto padrão”. Um dialeto padrão (ou um dialeto de prestígio) pode ter funções sociais – unir as pessoas ou estabelecer uma forma escrita comum aos falantes multidialetais. No entanto, um dialeto padrão não é nem mais expressivo, nem mais lógico, nem mais complexo, nem mais regular do que qualquer outro dialeto. Assim, todo e qualquer juízo sobre a superioridade ou inferioridade de certo dialeto pode ser um juízo de ordem social desprovido de caráter linguístico ou científico. Os falantes de dialetos diferentes usam o dialeto padrão na escrita uma vez que esta é a forma oficialmente aceita. Na França, assim como na maioria das nações, a noção de “padrão” como a única forma correta da língua é divulgada por uma academia oficial de “estudiosos”, que estabelecem que usos fazem parte da “língua francesa oficial”.

Um dialeto padrão, ou padronizado (ou língua padrão), é um dialeto de que se servem as instituições. Tal suporte institucional pode incluir reconhecimento ou designação, apresentação como sendo a forma “correta” de uma língua em escolas, gramáticas, dicionários e livros publicados, e tem uma extensa literatura formal em relação a um dialeto. Pode haver múltiplos dialetos padrão associados a uma língua. Desta perspectiva, ninguém fala uma língua, todo mundo fala um dialeto de uma língua. Aqueles que identificam um dialeto particular como o “padrão”, ou “própria” língua, estão de fato usando esses termos para expressar uma distinção social. Frequentemente, a língua padrão só é acessível à elite. Essa mesma língua padrão pode ser também suporte de uma instituição religiosa, como é, por exemplo, o árabe.

A distinção entre língua e dialeto faz intervir fatores sociais, e não é uma questão propriamente linguística. Para que haja uma língua, é preciso que um conjunto de locutores apresentem seu falar como formando uma unidade diferente das outras e ajam em consequência. Isto implica uma estabilização das maneiras de falar, em volta de um conjunto de textos prestigiosos (literários, religiosos ou jurídicos em geral). O “árabe clássico”, também conhecido como “árabe puro”, é aquele no qual foi redigido o Alcorão, o livro sagrado dos muçulmanos. A ideia de

“árabe puro” é ilustrada pela frase “A ideia de que o estilo do Alcorão é inimitável”. Isto mostra que há um senso comum islâmico sobre a afirmação de que o árabe é a língua de Adão e do paraíso (CALVET, 1987, p. 36-37). Esse árabe é usado em todas as instituições islâmicas. No entanto, há países arabófonos que não são muçulmanos. Em todos os países arabófonos, quer muçulmanos, quer não muçulmanos, existe uma forma falada deste idioma que se limita apenas a funções comunicativas do dia-a-dia, portanto, com status de dialeto.

O árabe *mauro* “hassaniya”, por exemplo, de acordo com as pessoas que o falam, é uma língua muito próxima do árabe literário. É preciso saber que, no mundo árabe, muitos níveis de línguas convivem cotidianamente, e são empregados como se fossem dialetos (língua muitas vezes não escrita, tipo de “*patois*”, e que se originou do literal (ou literário ainda chamado clássico)). A primeira língua é empregada cotidianamente. A segunda é a língua dos jornais, da rádio, da televisão. É uma língua derivada da do Alcorão sendo, portanto, a única língua que, teoricamente, se escreve. Ela é compreendida por qualquer pessoa que frequentou a escola, na medida em que as aulas são dadas nessa língua. O hassaniya é, então, um dialeto, apesar de relativamente basilectal, colorido de alguns sons e palavras berberes. Esse caráter basilectal está, sem dúvida, ligado ao fato de que esse dialeto é uma língua de nômades, de beduínos que é menos evoluído em relação aos dialetos magrebinos marroquinos, argelinos ou tunisianos. Esse dialeto é falado por todas as populações arabófonas da Mauritânia, do Saara ocidental, até o oeste de Mali, do sudoeste argelino e, às vezes, do Sul marroquino. Ele é unitário, mas tem diferenças mínimas de uma região para outra.

Após essa explanação dos conceitos de língua e dialeto, acredita-se que esses dois termos se tornam claros somente na interação do dia a dia. Mas é bom deixar claro que são muito problemáticos e ambíguos quando aplicados em sentido técnico. Podemos dizer, por exemplo, que a língua portuguesa, língua oficial dos oito países lusófonos (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste), tem vários dialetos. É importante salientar que esses países são linguisticamente unificados na escrita, como atestam as últimas reformas ortográficas. Mas na modalidade falada da língua, cada país tem a sua forma ou as suas formas de falar português apresentando assim diferenças dialetais. Assim, diz-se, por exemplo, que as variedades de português faladas em Angola, Timor Leste e Brasil são dialetos do português. Nesse sentido, língua é a soma total de todas as suas variedades (dialetos, socioletos, idioletos, incluindo todos os códigos e registros possíveis). Todavia, quando um português se identifica como um falante de dialeto, dá muitas vezes a entender que há um modo “melhor” e mais aceitável de falar a língua portuguesa. Comparada à variedade padrão do português (língua), a variedade de Portugal é considerada um português não padrão ou até um subpadrão. Isso se relaciona a uma noção de dialeto como algo inferior à língua de que ele mesmo provém e esta é, automaticamente, identificada como o padrão. Nesse sentido, língua *versus* dialeto reflete graus de aceitação, de prestígio social e até de prestígio econômico. No Brasil, por exemplo, algumas regiões são muitas vezes citadas pelo senso comum como sendo falantes do melhor dialeto do português. O

estado do Maranhão tem sido uma referência. Mas, por questões de prestígio econômico, muitos não compartilham essa opinião.

Além disso, ouve-se ainda pessoas dizerem que, comparada à Europa com suas 60 ou mais línguas, a África tem cerca de 2000 ou mais “dialeto”. Isto é devido ao fato de que os europeus se consideram detentores de cultura, enquanto os africanos têm costumes e rituais, ou seja, a questão da superioridade econômica, cultural ou política se espelha na superioridade linguística. As razões dadas são, muitas vezes, relacionadas a fatores como tradições escritas e padronização: uma mesma língua nesse sentido avaliativo tem um padrão ou alta variedade e uma história de escrita relativamente longa, ausentes no dialeto. Com referência à Europa, as línguas tendem a ser identificadas com limites nacionais e estados soberanos, e dialetos com variedades regionais dentro de limites nacionais. Consequentemente, “as línguas são consideradas dialetos com um hino nacional, uma bandeira e uma marinha” e os “dialeto” são especificamente de uso rural, de povos subdesenvolvidos (HEINE; NURSE, 2000, p. 299).

No mundo moderno de hoje, dominado pelas grandes potências econômicas mundiais sob a etiqueta de “Ocidentalização”, ou “Americanização”, que tem como correlato a “Globalização”, muitas línguas estão sendo invadidas pelo vento do estrangeirismo. Isto é um fato muito frequente, hoje em dia, devido ao fato de que os Estados Unidos impuseram, e ainda impõem, ao mundo, o “anglicismo”. Linguistas e líderes políticos estão preocupados com esta situação de mudança que muitas línguas do mundo estão sofrendo. Assim, na França, há alguns anos atrás, o governo criou uma lei contra o uso do “Franglais”, isto é, o uso de termos ingleses no francês.

Modos de falar são sempre associados a mais ou menos prestígio, positivo ou negativo, dependendo das hierarquias sociais na sociedade. O conceito de língua e dialeto se torna ainda mais ambíguo por razões preconceituosas e até políticas. Acredita-se que o rico é sempre detentor da variedade padrão da língua, enquanto o pobre, da variedade não padrão. Além disso, a língua é uma variedade linguística das grandes cidades enquanto o dialeto é da zona rural.

Conclusão

Conceituar língua e dialeto não é uma tarefa fácil. Esses dois termos precisam ser enquadrados nos níveis histórico, geográfico, sócio-político e linguístico para melhor compreendê-los. Mas, visto que o mundo em que vivemos é repleto de preconceitos, somos levados a acreditar que a dicotomia “língua” e “dialeto” está mais ligada ao *status* social. Assim, a dicotomia “língua” e “dialeto” está ligada à dicotomia “riqueza” e “pobreza”. A língua está para riqueza assim como o dialeto está para pobreza. Além disso, a última decisão em usar o termo “língua” ou o termo “variedade” (dialeto) fica com os membros da comunidade linguística, e é influenciada por fatores sociopolíticos. Nesse caso, devemos determinar quais as restrições impostas na seleção desses termos por uma escala contínua, e quais as causas e consequências de sua aplicação. A exata distinção entre

língua e dialeto nos leva a acreditar em outros fatores. Dessa forma, variedades de línguas são muitas vezes chamadas de dialetos porque elas não são conhecidas como línguas literárias; os falantes de uma determinada língua não têm seu próprio estado; ou porque sua língua não tem prestígio.

Referências bibliográficas

CALVET, Jean-Louis. *La guerre des langues et les politiques linguistiques*. Paris : Payot, 1987.

FISHMAN, J. A. *Language maintenance and language shift*. 1971.

HAUGEN, Einar. *The Language Conflicts and Language Planning. The case of Modern Norwegian*. Cambridge: Harvard University Press. 1966.

_____. *The Ecology of Language*. Stanford: Stanford University Press, 1972.

BAGNO, Marcos. *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001.

HEINE, Bernd; NURSE, Derek. *African Languages*. Cambridge: Cambridge University Press 2000.

LAUER, John. *Principles of phonetics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994

LYONS, John. *Lingua(gem) e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

MARTINET, André. *Éléments de Linguistique Générale*. Troisième tirage. Paris: Librairie Armand. 1967.

MUFWENE, Salikoko. *The ecology of Language*. University of Chicago. 2001.

TRUDGILL, Peter. *Dialectology*. New York: Cambridge University Press, 1980.

WEINREICH, Uriel. *Languages in contact. Findings and Problems*. Paris: Mouton, 1974.

Recebido em 22 de julho de 2011.

Aceito em 22 de junho de 2012.

DJIBY MANÉ

Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Docente do Curso de Letras da Universidade Estadual de Goiás (UEG – Formosa). E-mail: djibym@gmail.com.